

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Centro de Estudos Judiciários

Despacho (extracto) n.º 24 246/2007

Por despacho da directora do Centro de Estudos Judiciários de 19 de Setembro de 2007, no exercício de competência delegada, o licenciado Jorge Albino Alves Costa foi nomeado, em regime de acumulação e a tempo parcial, para exercer as funções de docente no Centro de Estudos Judiciários, nos termos dos artigos 81.º, n.ºs 2 e 3, e 83.º, n.º 1, da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, no período de 30 de Janeiro a 13 de Fevereiro 2008, depois de obtida a anuência do presidente do Tribunal Constitucional. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Outubro de 2007. — O Director-Adjunto, *António Carlos Duarte Fonseca*.

Despacho (extracto) n.º 24 247/2007

Por despacho da directora do Centro de Estudos Judiciários de 13 de Setembro de 2007, no exercício de competência delegada, o licenciado Francisco Moreira Maia Neto, procurador-geral-adjunto foi nomeado para exercer, em regime de acumulação e a tempo parcial, as funções de docente no Centro de Estudos Judiciários, nos termos dos artigos 81.º, n.ºs 2 e 3, e 83.º, n.º 1, da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, no período de 15 de Setembro de 2007 a 15 de Julho de 2008, depois de obtida autorização do conselho superior do Ministério Público. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Outubro de 2007. — O Director-Adjunto, *António Carlos Duarte Fonseca*.

Direcção-Geral da Política de Justiça

Despacho (extracto) n.º 24 248/2007

Por meu despacho de 4 de Outubro de 2007, Laurinda Pereira Rodrigues Faisca foi nomeada, precedendo concurso, após confirmação de declaração de cabimento orçamental pela 5.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, assistente administrativa especializada, área funcional de processamento de texto, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Política de Justiça. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Outubro de 2007. — A Directora-Geral, *Rita Brito*.

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Despacho (extracto) n.º 24 249/2007

Por meu despacho de 1 de Outubro de 2007, foi convertida em definitiva a nomeação de Isabel Maria Aguiar de Freitas, telefonista da Conservatória dos Registos Centrais, em comissão de serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e da alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com efeitos a partir de 23 de Outubro de 2007. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

8 de Outubro de 2007. — A Vice-Presidente, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 24 250/2007

Por despacho de 14 de Setembro de 2007 do presidente, foi nomeado, em regime de substituição, coordenador do Sector das Tecnologias da Informação do Departamento Patrimonial deste Instituto, cargo de direcção intermédia de 2.º grau, o licenciado Valdemar da Costa Ferreira, especialista de informática, grau 3, nível 2, de nomeação definitiva, do quadro de pessoal dos mesmos serviços, com efeitos a contar da data do referido despacho. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

10 de Outubro de 2007. — A Vice-Presidente, *Maria Celeste Ramos*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 24 251/2007

Ao abrigo dos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 276/2007, de 31 de Julho, delego, com a faculdade de subdelegação, no inspector-geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, António João Sequeira Ribeiro, a competência para a homologação dos relatórios finais das inspecções prevista no n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 276/2007, de 31 de Julho. O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação, considerando-se ratificados todos os actos que no âmbito dos poderes ora delegados tenham entretanto sido praticados.

28 de Agosto de 2007. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Louvor n.º 567/2007

Ao cessar funções de director-geral do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, cargo para o qual o Prof. Doutor João Eduardo da Costa Limão Gata foi nomeado pelo despacho n.º 16 474/2007, de 20 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 145, de 30 de Julho de 2007, manifesto reconhecimento pelo forte empenho pessoal e pela elevada qualidade profissional com que desempenhou as suas funções. O sucesso na reorganização da administração central do Estado, no âmbito do respectivo programa de reestruturação (PRACE), fica largamente credor da notável capacidade de gestão do Professor João Gata. Por estas razões, é digno do público louvor que aqui se presta.

1 de Outubro de 2007. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Aviso n.º 20 400/2007

1 — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por despacho do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro de 9 de Agosto de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para o preenchimento de seis lugares na categoria de vigilante da natureza de 1.ª classe, do quadro de pessoal vigente na ex-Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro, aprovado pela Portaria n.º 1031/95, de 23 de Agosto.

2 — Por declaração de 14 de Setembro de 2007, emitida pela Direcção-Geral de Administração e Emprego Público, em cumprimento do disposto no artigo 41.º, n.º 4, da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, confirmou-se a inexistência de pessoal em mobilidade especial integrado na carreira de vigilante da Natureza, categoria de vigilante da natureza de 1.ª classe.

3 — Referência do concurso — 2007-VIG.NAT.1.ª CL-I/ex-DRAOT.

4 — Validade — o concurso visa o preenchimento dos lugares mencionados, esgotando-se com o seu preenchimento.

5 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 248/85, de 15 de Julho, 265/88, de 28 de Julho, 184/89, de 2 de Junho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, 204/98, de 11 de Julho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e 470/99, de 6 de Novembro, e Código do Procedimento Administrativo.

6 — Conteúdo e área funcional — compete ao vigilante da natureza de 1.ª classe o exercício das funções a que se refere o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 470/99.

7 — Remuneração, local e condições de trabalho — a remuneração é a fixada nos termos do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar, as funções serão exercidas nos serviços abrangidos pela área de actuação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração central.

8 — Requisitos gerais e especiais de admissão:

a) Satisfazer as condições previstas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;